

Lei nº 31/66

A Câmara Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, Deputou e
Eu Prefeito do Município sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Excmo. Sr. Prefeito do Município autorizado a
recolher imposto de Transmissão de Propriedades Inter vivos,
a partir desta data, tomando-se por base o seguinte critério
de avaliação dos imóveis rurais:

a - num raio de 3 Kms. tendo como centro o Edifício da
Prefeitura Municipal:

I. Terras com café cr\$ 400.000 p/ alqueire

II. Terras outras cr\$ 200.000 p/ alqueire

b - num raio de 3 a 5 Kms. do mesmo centro:

I. Terras com café cr\$ 300.000 p/ alqueire

II. Terras outras cr\$ 150.000 p/ alqueire

c - num raio de 5 Kms. em diante, do mesmo centro:

I. Terras de café cr\$ 200.000 p/ alqueire

II. Terras outras cr\$ 100.000 p/ alqueire

Art. 2º - O imposto de Transmissão inter vivos será recolhido,
independente de avaliação, nos imóveis, diga, nos imóveis
rurais ou urbanos, que tenham sido objeto de compromissos

de compra e venda de mandatos em causa própria, desde
que exibidos os respectivos instrumentos, pelos mesmos re-
lous constantes de ditos documentos.

Art. 3º: - O critério do Prefeito Municipal, o imposto de transmissão "Inter-
viros", poderá ser pago em uma única parcela ou até em
cinco parcelas, no máximo, iguais e mensais, a partir da
data em que foi protocolado o respectivo pedido despatchado.

Art. 4º: - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publica-
ção, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Piquapitã, em
14 de dezembro de 1966.

Prefeito do Município

Executivo